

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 6º ANO

(atividades do dia 03/11 ao dia 20/11)

Orientações: Continuando o conteúdo sobre as primeiras civilizações, leia o texto e responda as questões, após realizar a atividade enviar fotos ou entregar na escola.

ROMA ANTIGA

Desde que foi fundada, há mais de 2.500 anos, a cidade de Roma passou por muitas transformações. As ruínas de antigas edificações registram parte do passado romano – o conjunto arquitetônico, com seus arcos do triunfo, construções monumentais e colunas imponentes de pedra, revela marcas de um passado de imensa opulência e poder.

FORMAÇÃO E EXPANSÃO DE ROMA

Ao longo de sua história, Roma passou por transformações bastante profundas. De um pequeno povoado à capital de um vasto império; de principal centro de perseguição aos cristãos à sede da primeira igreja cristã criada no mundo; de uma cidade-Estado à capital do Estado italiano moderno.

Roma teria sido fundada em meados do século VIII a.C., no centro da península Itálica, às margens do rio Tibre.

Vestígios encontrados no monte Palatino indicam que, àquela época, ali se formou uma comunidade composta de várias aldeias de latinos – um dos povos que começaram a entrar na península Itálica por volta de 2200 a.C. (assim como os samnitas, os etruscos, os gregos e os cartagineses). Essa comunidade se beneficiava do acesso rápido às águas do Tibre e do mar Tirreno, além da proximidade das cordilheiras dos Alpes, que formavam uma barreira natural contra a entrada de invasores.

A MONARQUIA (753-509 a.C.)

No século VII a.C. os etruscos se espalharam pela Planície do Lácio e incorporaram Roma a seus domínios, tornando-a, então, um importante centro comercial e a cidade-Estado mais importante da região.

Nesse período, Roma foi governada por reis, que eram escolhidos pelo Senado, um conselho formado pelos chefes das famílias aristocráticas. Os reis deviam ouvir a opinião do Senado em todas as questões relativas à cidade-Estado e dependiam das assembleias para garantir seu poder.

As famílias aristocráticas, que se consideravam descendentes dos fundadores de Roma, compunham a camada social dos patrícios, que eram muito ricos e possuíam gado e terras. Algumas famílias que tinham origem em Roma, mas não possuíam terras ou meios de subsistência, ligavam-se aos patrícios e estabeleciam com eles uma relação de dependência. Prestavam-lhes diversos serviços em troca de sua proteção e ajuda. Eram os clientes. Sua condição era hereditária, ou seja, os filhos dos clientes permaneciam obrigatoriamente ligados à família de quem seus pais eram clientes.

Além desses dois grupos, faziam parte da sociedade romana os plebeus e os escravos. Acredita-se que os plebeus tiveram origem em povos estrangeiros ou que foram subjugados pelos romanos. Trabalhavam no comércio, no artesanato, na agricultura e na criação de rebanhos. Tinham poucos direitos políticos, mas eram obrigados a servir no exército.

Os escravos, pouco numerosos no período monárquico, eram, em geral, prisioneiros de guerra ou pessoas que não conseguiam pagar suas dívidas. Eram considerados propriedade do seu senhor e faziam trabalhos braçais.

A REPÚBLICA (509-27 a.C.)

No final do século VI a.C., o domínio etrusco chegou ao fim. O mais provável é que os reis etruscos tenham perdido o apoio da aristocracia romana e se enfraquecido com a oposição dos plebeus. Com o fim da monarquia, em 509 a.C., o governo de Roma passou a ser uma res publica, que em latim significa “coisa pública”. Porém, essa “coisa pública” tinha um sentido diferente daquele que usamos mais comumente.

Na nossa sociedade, um bem público é aquele que pertence a uma coletividade. Um parque público, por exemplo, pode ser utilizado por todas as pessoas, enquanto um bem privado, ao contrário,

pertence a um indivíduo (ou mais). Na república romana, por sua vez, “coisa pública” significava que o Estado deixava de pertencer ao rei para ser administrado pelos cidadãos, que no início eram apenas os patrícios.

NOVA ORDEM POLÍTICA

No período republicano, os antigos reis foram substituídos por dois cônsules. Eles eram escolhidos pelos patrícios no Senado e auxiliados por magistrados, que tinham diversas funções, e pelas assembleias, que estavam divididas em:

Assembleia por cúrias: os cidadãos eram divididos pelo local de origem ou de residência. Dela só participavam os patrícios.

Assembleia por centúrias: participavam os moradores de Roma, de acordo com a riqueza e a participação no exército. Era composta de patrícios e plebeus, mas estes últimos tinham menor poder de decisão.

Assembleia da plebe: formada apenas por plebeus. Podiam eleger os magistrados, mas não podiam exercer cargos políticos, direito que era exclusivo dos patrícios.

A VOZ DOS PLEBEUS

Além de não participarem do Senado, os plebeus também tinham pouco peso nas assembleias centuriasais.

Além disso, muitos plebeus, em geral pequenos proprietários rurais, eram convocados para a guerra em plena época de plantio e colheita. Ao voltar da guerra, viam-se obrigados a contrair empréstimos, usando sua propriedade como garantia. Conforme a lei, os plebeus que não conseguissem pagar suas dívidas perdiam suas propriedades e sua liberdade. Já os plebeus mais ricos estavam descontentes por não terem acesso às magistraturas e por serem proibidos de se casar com patrícios.

O descontentamento da plebe transformou-se em rebeliões e resultou em mudanças na organização política de Roma e na conquista de direitos políticos por parte dos plebeus. Em 494 a.C., por exemplo, os plebeus conquistaram o direito de eleger um magistrado para defender seus interesses, o tribuno da plebe.

Em 450 a.C., foram publicadas as Leis das Doze Tábuas, fixando, por escrito, vários direitos reivindicados pelos plebeus. Esse primeiro código de leis em Roma regulava os direitos de família e de propriedade, além de estabelecer penas para crimes como homicídio e roubo.

As primeiras leis escritas de Roma, porém, reafirmaram a submissão das mulheres e dos escravos e a proibição do casamento entre patrícios e plebeus. Somente após muitos anos de lutas, as principais reivindicações dos plebeus, como o acesso às magistraturas, foram atendidas, como mostra a linha do tempo a seguir.

A EXPANSÃO TERRITORIAL

Os intensos conflitos internos que ameaçavam a república romana não impediram que o Estado levasse adiante um projeto de expansão territorial por toda a península Itálica. Ao longo do século III a.C., os romanos conseguiram dominar, de maneira agressiva ou por meio de acordos políticos, os diferentes povos que habitavam a península.

As guerras travadas com os povos vizinhos garantiram aos romanos terras para a agricultura, o controle de rotas comerciais, soldados para o exército e novas fontes de renda, pois os habitantes dos territórios conquistados nas guerras eram obrigados a pagar tributos. Impulsionados pelo sucesso do empreendimento, os romanos passaram então a buscar a conquista de terras para além da península Itálica.

O contínuo avanço dos romanos, porém, esbarraria em um adversário muito poderoso, a cidade de Cartago, uma potência comercial marítima situada no norte da África. A disputa pelas rotas comerciais no Mediterrâneo levou Roma e Cartago à guerra, em uma série de batalhas conhecidas como Guerras Púnicas (os cartagineses eram chamados de puni pelos romanos). Iniciadas em 264 a.C. e finalizadas apenas em 146 a.C., foram vencidas pelos romanos, que conquistaram Cartago e a transformaram em uma província de Roma.

No mesmo período das guerras contra Cartago, os exércitos romanos avançaram em direção ao Mediterrâneo Oriental e dominaram o Egito, a Síria, a Macedônia, a Grécia, a Ásia Menor e a Judeia. No século I a.C., vitoriosa nesses embates, Roma já controlava a maior parte das terras que circundavam o mar Mediterrâneo

CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO

A expansão territorial transformou profundamente Roma. Os espólios de guerra e os tributos pagos pelos povos vencidos enriqueceram a cidade, que recebia cada vez mais pessoas e produtos de todos os municípios e províncias. Além disso, novas construções foram erguidas em Roma, como aquedutos, pontes, templos e banhos públicos.

A obtenção de terras e de escravos, capturados entre os povos conquistados, levou ao surgimento de grandes propriedades escravistas, que produziam principalmente vinho e azeite. Os escravos podiam ser vendidos, alugados e até mesmo mortos pelos próprios donos. Os filhos de escravos também nasciam na condição de escravos. À medida que o número de prisioneiros de guerra aumentava em Roma, os escravos também começaram a fazer parte da vida urbana, realizando tarefas domésticas ou trabalhando em oficinas como artesãos.

As conquistas possibilitaram ainda a formação de um novo grupo social: os cavaleiros, plebeus que enriqueceram com a cobrança de impostos, a atuação em cargos públicos e a exploração econômica das áreas conquistadas. Alguns desses plebeus enriquecidos, assim como os membros das elites conquistadas pelos romanos, conseguiam participar do Senado e chegar ao Consulado.

Surgia, assim, a nobilitas, uma nova aristocracia romana, reunindo as antigas famílias patrícias e os novos ricos, nascidos em Roma ou vindos de outras regiões da Itália.

A OUTRA FACE DAS CONQUISTAS

As conquistas territoriais possibilitaram o acúmulo de muitas riquezas em Roma, mas também resultaram no aumento do número de pobres nas cidades e nos campos. Como a oferta de escravos era grande na península Itálica e na Sicília, o número de plebeus sem trabalho cresceu. Nas cidades um ambiente caótico de criminalidade, fome e doenças revelava o outro lado da prosperidade romana.

Somente os patrícios e alguns plebeus enriqueceram com a expansão. Os pequenos agricultores, por sua vez, ficaram cada vez mais pobres, pois, ao retornar das guerras de conquista, encontravam suas propriedades tomadas. Dessa forma, muitos camponeses se deslocavam para as cidades à procura de trabalho.

Diante dessa situação, Tibério Graco, eleito tribuno da plebe em 133 a.C., propôs várias medidas para tentar conter a crise que se agravava em Roma, especialmente entre os plebeus empobrecidos e os camponeses. Uma das medidas estabelecia uma ampla reforma agrária que limitava o tamanho das propriedades rurais e distribuía terras aos camponeses pobres que lutavam nas guerras. Apesar de aprovada pelo Senado, a proposta teve forte resistência das elites. Assim, em uma rebelião liderada pelos patrícios, Tibério acabou sendo assassinado.

Dez anos depois, as ideias de Tibério sobre a reforma agrária foram retomadas por seu irmão Caio Graco, também tribuno da plebe. Ele propôs ainda estender a cidadania romana aos povos aliados da península Itálica. A resistência às propostas de Caio Graco foi geral.

Temendo ser assassinado por seus inimigos, ele determinou que um escravo o matasse.

O EXÉRCITO E SEUS LÍDERES

Com as constantes guerras de conquista, o exército romano se fortaleceu politicamente e se profissionalizou.

Os novos soldados eram mais ligados aos seus generais, pois deles recebiam terras, escravos e objetos saqueados. Nesse cenário, líderes militares começaram a ganhar popularidade e poder político. Foi o caso do general Júlio César, que soube manipular a situação para formar o Primeiro Triunvirato. Tratava-se de um acordo pelo qual César e outros dois generais romanos (Pompeu e Crasso) comprometiam-se a se auxiliar mutuamente para monopolizar o poder em Roma.

Com a morte de Crasso, o Triunvirato chegou ao fim. A disputa pelo poder transformou-se então em verdadeira guerra civil, resultando na derrota de Pompeu para Júlio César, que foi declarado ditador pelo Senado. No governo, ele atuou com grande habilidade: anistiou os inimigos, reformou a administração pública e atendeu a várias demandas sociais.

Apesar da popularidade, em 44 a.C., César foi morto a mando de senadores que temiam o retorno da monarquia. Após a morte de César, formou-se o Segundo Triunvirato, composto pelos generais Marco Antônio, Otávio e Lépido, todos seguidores de César. Depois de uma luta sangrenta entre exércitos rivais, Otávio venceu Marco Antônio. O acontecimento marcou o fim da república e o início do Império Romano em 27 a.C.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO BORDIN

PROFESSORA: Tilara Gonçalves Machado

ALUNO: _____

6ºANO_____

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 6º ANO ETAPA 12

RESPONDA:

- 1- Quando e onde Roma foi fundada?
- 2- Que povo dominou Roma no século VII a.C?
- 3- Durante a fase de monarquia em Roma, quem eram os patrícios, os clientes e os plebeus?
- 4- Quem eram os escravos na monarquia romana?
- 5- Por que o domínio etrusco chegou ao fim?
- 6- O que significava uma “coisa pública” em Roma?
- 7- No período republicano, por quem os reis foram substituídos?
- 8- Qual era a situação dos plebeus na fase republicana de Roma?
- 9- Qual foi o primeiro código de leis de Roma?
- 10-Quais garantias eram obtidas pelos romanos ao travar guerras com povos vizinho?
- 11- O que foram as Guerras Púnicas?
- 12-Quais regiões foram dominadas pelos romanos durante as Guerras Púnicas?
- 13- Quais foram as consequências da expansão territorial romana?
- 14- Por quem era formado o primeiro e o segundo triunvirato?